

Para 83% dos deputados, reforma da Previdência não sai em 2017

Pesquisa mostra ainda que para 48,75% dos parlamentares a proximidade com as eleições de 2018 é o principal obstáculo à aprovação

POLÍTICA



DANIEL FERREIRA/METRÓPOLES

Agência Estado 

28/08/2017 19:16 , atualizado em 28/08/2017 19:21

Pesquisa da consultoria política Arko Advice apontou que 83% dos deputados avaliam que a proposta de reforma da Previdência não será aprovada este ano pelo Congresso Nacional. Os pesquisadores ouviram 201 dos 513 deputados federais, abrangendo 25 partidos políticos. “Ouvimos 40% do total de parlamentares, o que é muito expressivo”, diz o presidente da Arko, Murillo de Aragão. A pesquisa foi feita entre os dias 15 e 23 de agosto.

A chance de o plenário aprovar o texto que passou pela Comissão Especial é muito baixa: 8,45%, de acordo com o resultado da pesquisa. Para quase metade dos entrevistados (48,75%) a proximidade com as eleições de 2018 é o principal obstáculo à aprovação da proposta, seguido pela falta de apoio entre os aliados (34,82%).

Para Aragão, tudo indica que o governo terá de optar por um plano B. Ele destacou que o pessimismo atingiu até mesmo o PMDB, partido do presidente Michel Temer. Dos 24 deputados da legenda consultados, 16 não acreditam na aprovação da matéria. A bancada do PMDB na Câmara conta com 62 parlamentares.

Entre os 13 deputados do PSDB, dez também não acreditam esse possibilidade. No DEM, partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), dos 11 entrevistados, oito estão descrentes.

“O sinal é muito ruim. A situação é muito complexa e o governo teria que fazer um grande esforço para aprovar (a reforma da Previdência), mesmo assim reduzindo o escopo”, afirmou. A maior parte dos deputados entrevistados, ao ser questionada sobre que parte da reforma teria mais chance de ser aprovada, citou que somente a idade mínima, com alguma regra de transição (34,82%).

Balão de ensaio

Para a equipe econômica, o governo não tem ainda quórum para aprovação, mas há uma expectativa de que esse cenário se reverta entre setembro e outubro, abrindo o caminho para a aprovação da medida.

A avaliação da equipe econômica é de que até lá terá que lidar com muitos “balões de ensaio” como propostas de mudança que não partem de dentro do governo.

A fixação de uma idade mínima com a regra de transição é considerada essencial pelo governo para impedir a necessidade de mudança mais à frente com uma dose mais dura de mudanças.